

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O presente documento estabelece o Termo de Referência para a **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA GALÃO DE 20L E 500ML** para os setores administrativos da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF), em conformidade com as disposições da legislação pertinente e as normativas vigentes.

O objetivo primordial é atender às demandas internas da COMSERCAF, garantindo um abastecimento eficiente e seguro de água para os setores administrativos. Este estudo tem como foco primordial assegurar um processo de contratação transparente, eficaz e em plena conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

Ao desenvolver este documento, foram consideradas especificações técnicas, garantias de segurança no armazenamento e manuseio de água, além de contemplar critérios sustentáveis e diretrizes estabelecidas pela legislação aplicável.

Este Termo de Referência visa oferecer informações detalhadas sobre a demanda de fornecimento de água para os setores administrativos da COMSERCAF, servindo como base essencial para o processo de contratação. Estabelece, de maneira clara, os critérios de seleção, requisitos técnicos mínimos, condições contratuais e outros aspectos relevantes para a efetivação da contratação da empresa especializada.

Salienta-se que este Termo de Referência é uma parte integral do processo de contratação e deve ser rigorosamente seguido pelas partes envolvidas. O objetivo é garantir a contratação de uma empresa especializada que forneça água de forma eficaz, segura e em estrita conformidade com a legislação aplicável, visando à eficiência operacional dos setores administrativos da COMSERCAF, sem desconsiderar a preservação ambiental e o bem-estar dos colaboradores.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, I)

A presente contratação tem por objeto o fornecimento contínuo de água potável, em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, destinada ao consumo dos colaboradores e visitantes desta autarquia. A necessidade decorre da manutenção de condições adequadas de hidratação e bem-estar durante o expediente, especialmente em função das jornadas de trabalho e das condições climáticas da região, que demandam constante reposição de líquidos.

A disponibilização regular de água potável é essencial para a preservação da saúde e do desempenho laboral dos servidores, bem como para o atendimento aos princípios de salubridade e conforto no ambiente de trabalho. Além disso, a autarquia não dispõe de sistema próprio de purificação ou reservatório que assegure o fornecimento contínuo de água em qualidade e quantidade suficientes, justificando, portanto, a necessidade da aquisição.

Dessa forma, a contratação busca garantir o suprimento ininterrupto de água mineral, em embalagens adequadas para uso coletivo (20L) e individual (500ml), observando critérios de qualidade, potabilidade e segurança, em conformidade com as normas sanitárias vigentes e com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e bem-estar dos servidores.

2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, II)

- 2.1 O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, divulgado no Diário Oficial, edição 869, caderno 1, ano IV, datado de 6 de fevereiro de 2024, bem como no portal institucional da COMSERCAF¹ ressalta a importância estratégica de priorizar determinadas contratações para o bom funcionamento dos serviços prestados por esta Autarquia. Entre essas prioridades, destaca-se a necessidade de garantir o suprimento contínuo de materiais essenciais para as operações da instituição.
- 2.2 O Plano de Contratação Anual (PCA) da COMSERCAF, **item nº11**, especificamente relacionada a **Fornecimento de água** foi identificada como uma das áreas de **alto impacto** para a manutenção da funcionalidade dos setores, inclusive no que diz respeito ao atendimento ao público.
- 2.3 Este item, classificado como **de natureza de fornecimento e consumo**, figura como uma das prioridades **mais altas do PCA**, refletindo a necessidade crítica de manter padrões adequados de higiene e limpeza nos ambientes operacionais da COMSERCAF. A previsão orçamentária para a contratação da empresa especializada será realizada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, suas legislações complementares e as normas internas da Administração Pública do Município de Cabo Frio.
- 2.4 De acordo com a Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002 emitida pela Secretaria de Fazenda do Município, a despesa referente a essa contratação será prevista nas seguintes dotações orçamentárias:

a) **Dotação: 18.452.0027.2211**

b) **Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00**

¹ <https://www.comsercaf.rj.gov.br/galeria/arquivos/arquivos-transparencia-2024-02-0569ebacad4dc937f11b9a8b40105ee3ad.pdf>

c) Fonte: 1704

d) Ficha: 1326

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, III)

3.1 A Contratada deverá fornecer os bens solicitados na forma e no prazo estipulado pela solicitação formal da COMSERCAF, onde estará descrito os meios pelos quais deverão ser prestados.

3.2 Descrições técnicas pertinentes:

3.2.1 Introdução: Esta descrição técnica de requisitos visa estabelecer os critérios e especificações técnicas para a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de Água de galão de 20l e de 500ml, a ser disponibilizado in loco mediante ordens de serviço, alinhado às leis e normas pertinentes. O presente documento tem por objetivo assegurar a qualidade, a eficiência e a segurança no fornecimento de água no âmbito da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF).

3.3 Requisitos Gerais:

3.3.1 Fornecimento in loco:

a) A empresa contratada deverá fornecer Água de galão de 20l e de 500ml mediante ordens de fornecimento ao longo do prazo contratual, garantindo a disponibilidade do produto conforme demanda dos setores administrativos da COMSERCAF, em estrita conformidade com as leis e normativas vigentes.

3.3.2 Infraestrutura e Logística:

a) A contratada deve dispor de uma estrutura logística eficiente para o fornecimento in loco de água, assegurando o cumprimento das normas e regulamentações aplicáveis à segurança e ao transporte desse tipo de produto.

3.3.3 Responsabilidade Social e Ambiental:

a) A empresa contratada deve demonstrar um compromisso ativo com a responsabilidade ambiental, adotando práticas que promovam a sustentabilidade no manuseio, armazenamento e distribuição de Água de galão de 20l e de 500ml.

b) Deverá também zelar pela segurança dos colaboradores, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados durante todas as etapas do serviço in loco.

3.4 Local de entrega:

- 3.4.1** A entrega dos itens será realizada no Almojarifado da sede da Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF, localizado na Estrada Neloire, nº 200 - Monte Alegre - Cabo Frio/RJ, durante o horário de funcionamento da autarquia, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h de segunda a sexta exceto feriados.
- 3.4.2** A entrega dos materiais deverá ser feita de forma a garantir a integridade dos bens adquiridos, sem qualquer dano.
- 3.4.3** A Administração reserva-se o direito de rejeitar, total ou parcialmente, o fornecimento realizado em desacordo com os termos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 3.4.4** O fornecedor deverá cumprir rigorosamente as entregas de acordo com as requisições emitidas, sem modificações permitidas sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

3.5 Condições de fornecimento e prazo:

- 3.5.1** As requisições feitas pela COMSERCAF deverão ser atendidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.
- 3.5.2** O fornecimento dos itens adjudicados será realizado de acordo com a necessidade da autarquia, observando as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. Em caso de divergência, prevalecerão as especificações e condições deste documento.
- 3.5.3** Em cada entrega, os produtos serão conferidos, verificando especialmente as garantias registradas pelo fabricante em cada item, bem como a sua inviolabilidade.
- 3.5.4** A critério da autarquia, os produtos recebidos poderão ser submetidos a análises de controle de qualidade, emitindo-se um laudo que atestará as condições do produto.
- 3.5.5** Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos produtos.
- 3.5.6** Caso sejam constatadas irregularidades no objeto, a COMSERCAF poderá rejeitá-lo total ou parcialmente, sem prejuízo das penalidades cabíveis, exigindo a substituição ou complementação do mesmo, caso haja diferenças de quantidades ou partes.
- 3.5.7** As irregularidades deverão ser corrigidas no prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas a partir do recebimento da notificação por escrito pela adjudicatária, mantendo-se o preço originalmente ofertado.
- 3.5.8** Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade indicado pelo fabricante, devendo possuir, no ato da entrega, no mínimo 70% (setenta por cento) do prazo total de validade.

3.5.9 Será emitido um Atestado de Recebimento ou será realizado o ateste na própria Nota Fiscal, somente se todas as determinações deste Termo de Referência forem atendidas.

3.6 Vigência da contratação:

3.7 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, IV)

4.1 Conforme anexada pela Diretoria de Planejamento durante a abertura do processo, foram recebidos os quantitativos necessários para o fornecimento de Água de galão de 20l e de 500ml, os quais foram fundamentados e verificados para atender às demandas dos setores administrativos da COMSERCAF. Esses quantitativos estabelecem a base para garantir a eficiência e a continuidade no suprimento de água para as atividades cotidianas.

4.2 Considerando a grande quantidade de consumo de água, é essencial ressaltar que a aquisição dos galões de água de 20L e 500 ml deverá ser realizada, sob demanda, conforme ordens de fornecimento. Tal medida se justifica pela alta rotatividade entre os recipientes, possibilitando uma reposição ágil e contínua de água necessária para atender às demandas da autarquia. Esta modalidade de aquisição assegura a disponibilidade constante do produto, mantendo a operacionalidade dos serviços sem interrupções significativas.

Item	Descrição do Material	Unidade	Quant.
01	GALÃO DE ÁGUA DE 20L	Uni	3600
02	ÁGUA MINERAL DE 500ML- SEM GÁS – C/12 UNIDADES	Uni	900

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, V)

5.1 A cotação realizada segue os preceitos da Lei 14.133/2021, sendo conduzida conforme as orientações estabelecidas no Documento de Formalização da Demanda (DFD). A pesquisa de preços foi efetuada pelo planejamento, utilizando o portal nacional de contratações públicas como fonte primária. Este

procedimento busca aderência aos princípios de transparência, competitividade e economicidade, conforme estipulado na legislação vigente.

5.2 Todo o processo referente à pesquisa de preços foi conduzido em estrita conformidade com a Lei Federal Nº 14.133, datada de 01 de abril de 2021. As diretrizes estabelecidas na legislação foram seguidas para obter o valor estimado da contratação, utilizando métodos de pesquisa de mercado autorizados pelo texto legal, conforme planejamento detalhado no Documento de Formalização da Demanda (DFD). A pesquisa de preços foi realizada de acordo com as orientações do DFD, priorizando o uso do portal nacional de contratações públicas como principal fonte de informações.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

***I** - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

***II** - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

***III** - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos*

especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União,

o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo.

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 5º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor estimado da contratação será calculado nos termos do § 2º deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto o permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, balizado em sistema de custo definido no inciso I do § 2º deste artigo, devendo a utilização de metodologia expedita ou paramétrica e de avaliação aproximada baseada em outras contratações similares ser reservada às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.

§ 6º Na hipótese do § 5º deste artigo, será exigido dos licitantes ou contratados, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no mencionado parágrafo.”

Fonte de pesquisa	Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor unitário	Valor total
COMPRAS GOV	01	GALÃO DE ÁGUA DE 20L	Uni	3600	R\$ 11,60	R\$ 41.760,00
COMPRAS GOV	02	ÁGUA MINERAL DE 500ML- SEM GÁS – C/12 UNIDADES	Uni	900	R\$ 12,66	R\$ 11.394,00

6. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, VI)

- 6.1** A estimativa de valor da contratação realizada neste Termo de Referência tem como objetivo levantar o custo provável da solução selecionada, visando avaliar sua viabilidade econômica. Importante ressaltar que essa estimativa não se confunde com os procedimentos e parâmetros de pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade e aceitabilidade da proposta, conforme preconizado na legislação de licitações e contratos administrativos.
- 6.2** Para a definição das referências de valores, foi conduzida uma pesquisa de preço no site COMPRAS GOV, considerando a contratação de uma empresa especializada em fornecimento de água. Essa abordagem foi adotada para garantir a observância do princípio da economicidade na contratação, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021.
- 6.3** A metodologia utilizada para determinar o preço de cada item baseou-se na pesquisa direta no site COMPRAS GOV, seguindo criteriosamente os parâmetros e critérios de pesquisa estabelecidos na legislação de licitações e contratos administrativos. Esta análise considerou as características técnicas dos produtos, as quantidades necessárias e outros fatores relevantes para a contratação, em conformidade com os preceitos legais vigentes.

ITEM 1					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
01	GALÃO DE ÁGUA DE 20L	Uni	3600	R\$ 11,60	R\$ 41.760,00
02	ÁGUA MINERAL DE 500ML- SEM GÁS – C/12 UNIDADES	Uni	900	R\$ 12,66	R\$ 11.394,00
				TOTAL	R\$ 53.154,00

6.4 A estimativa dos custos do fornecimento dos objetos a serem adquiridos foi realizada mediante pesquisa de preço, sendo obtida a estimativa de preço de R\$ 53.154,0000 (**Cinquenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais.**)

6.5 Os valores unitários mencionados foram considerados com base em valores reais decimais, visando alcançar total precisão e economia em cálculos. Para encontrar os valores reais decimais, basta calcular a razão entre o valor total e a quantidade de resíduos, garantindo assim uma representação fiel da relação custo-quantidade. No entanto, para fins de apresentação impressa, tais valores serão arredondados, a fim de facilitar a legibilidade e compreensão.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, VII)

7.1 A proposta apresentada visa atender de forma específica às necessidades da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF) na contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, destinada ao consumo dos colaboradores desta autarquia. Esta solução é elaborada para suprir a demanda essencial de abastecimento de água, assegurando a conformidade com as normas aplicáveis, legislação pertinente e critérios de sustentabilidade.

7.2 A abordagem abrange não apenas o fornecimento da água potável, mas também considera requisitos técnicos, padrões de qualidade e cuidados sanitários, garantindo a segurança no armazenamento, transporte e distribuição dos galões e garrafas nas unidades da COMSERCAF, conforme as normas da ANVISA e demais legislações vigentes.

7.3 Após análise comparativa das diferentes opções disponíveis para atender às necessidades da COMSERCAF, estão sendo consideradas empresas especializadas que atendem aos requisitos técnicos

e legais, oferecendo garantias de potabilidade, eficiência logística e compromisso com práticas sustentáveis, incluindo o uso de embalagens recicláveis e a correta destinação dos recipientes.

7.4 A escolha da empresa fornecedora será resultado de uma avaliação detalhada dos critérios técnicos, econômicos e de viabilidade operacional, buscando selecionar uma contratada que atenda não apenas às demandas imediatas da COMSERCAF, mas que também proporcione regularidade e qualidade no fornecimento ao longo do contrato.

7.5 A descrição detalhada da solução proposta, juntamente com os critérios que nortearam sua seleção, será registrada no Termo de Referência ou Projeto Básico, servindo como parâmetro para o processo de contratação da empresa especializada no fornecimento de água potável em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml mediante ordens de fornecimento. Essa iniciativa visa atender às atividades operacionais e administrativas da autarquia, assegurando a melhoria das condições de trabalho e o bem-estar dos colaboradores, em conformidade com as normas legais e de segurança sanitária.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, VIII)

8.1 O parcelamento da contratação para o fornecimento de água à Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF) é justificado pela variabilidade do consumo. Essa decisão permite adequar a entrega às autorizações de fornecimento emitidas, conforme solicitações do Almoxarifado, conforme detalhado no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

8.2 A divisão em parcelas facilita a gestão do consumo, evita excessos ou escassez e se alinha às práticas recomendadas de gestão de contratos. A flexibilidade conferida pelo parcelamento ajusta as quantidades conforme as variações operacionais da COMSERCAF, otimizando recursos e garantindo a eficiência no fornecimento.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, IX)

9.1 A busca por resultados efetivos e positivos é essencial na aquisição de água potável, visando otimizar os recursos disponíveis e alcançar objetivos alinhados aos princípios da economicidade, efetividade e desenvolvimento sustentável, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

9.2 Com a aquisição estratégica de água potável em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, destinados ao consumo dos colaboradores e às atividades operacionais e administrativas da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF), busca-se maximizar a economicidade, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da autarquia. Pretende-se assegurar uma

gestão eficiente, contribuindo para a redução de custos operacionais, a melhoria das condições de trabalho e o uso racional dos recursos disponíveis, em consonância com os princípios da Administração Pública.

9.3 Além disso, os resultados esperados visam promover a efetividade no fornecimento de água potável, garantindo disponibilidade contínua, qualidade sanitária e segurança para o consumo nas unidades administrativas e operacionais da COMSERCAF. O enfoque na sustentabilidade e no desenvolvimento local também é um objetivo, buscando práticas que promovam a responsabilidade socioambiental, como o uso de embalagens retornáveis e a destinação adequada dos resíduos, contribuindo para fortalecer a economia regional.

9.4 É fundamental ressaltar que esses resultados pretendidos servirão de base para a definição de indicadores de desempenho, que serão utilizados para monitorar e avaliar a eficácia da contratação. Esses indicadores, integrados a um eventual Acordo de Níveis de Serviço (ANS) ou Instrumento de Medição de Resultados (IMR), serão essenciais para acompanhar a performance da empresa fornecedora e garantir a entrega satisfatória e contínua da água potável, em conformidade com os padrões de qualidade e segurança exigidos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, X)

10.1 Não se aplica

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, XI)

11.1 Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, XII)

12.1 Esta seção tem como objetivo identificar os potenciais impactos ambientais associados à contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, bem como apresentar medidas de mitigação adequadas.

12.2 Entre os possíveis impactos ambientais, destacam-se aqueles relacionados ao transporte da água, que pode gerar emissões de gases de efeito estufa, e à gestão das embalagens plásticas, tanto retornáveis

(galões) quanto descartáveis (garrafas de 500 ml). A destinação incorreta desses materiais pode acarretar efeitos negativos ao meio ambiente, especialmente quanto ao aumento de resíduos sólidos.

12.3 Para minimizar tais impactos, recomenda-se a adoção de critérios de sustentabilidade na escolha da empresa fornecedora, priorizando aquelas que:

- Utilizem embalagens retornáveis e recicláveis;
- Possuam logística reversa ou sistema de recolhimento e reuso dos galões;
- Adotem práticas ambientalmente responsáveis no transporte, como rotas otimizadas e veículos com manutenção adequada para redução de emissões;
- Cumpram integralmente as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

12.4 A integração dessas medidas ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da COMSERCAF, se existente, reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade e a gestão ambiental responsável. Dessa forma, a contratação contribui para a redução dos impactos ambientais e para o uso racional dos recursos naturais, alinhando-se às metas de desenvolvimento sustentável e às boas práticas de governança pública.

13.VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Ref: Lei Federal 14.133/2021, art.18 §1º, XIII)

13.1 Esta seção tem como objetivo apresentar uma conclusão embasada sobre a pertinência e viabilidade da contratação de empresa especializada no fornecimento de água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, destinada ao consumo dos colaboradores da Companhia de Serviço de Cabo Frio (COMSERCAF), sendo conduzida pelo setor de Planejamento da autarquia.

13.2 Considerando a necessidade essencial de abastecimento de água potável para o funcionamento regular das atividades administrativas e operacionais, cabe ao setor de Planejamento realizar a análise técnica, operacional e orçamentária da contratação. Essa análise visa assegurar que o fornecimento atenda às condições de qualidade, segurança sanitária e regularidade, conforme a legislação vigente e as normas de vigilância sanitária.

13.3 A avaliação realizada contempla os requisitos técnicos, as projeções orçamentárias e as especificações detalhadas da água a ser fornecida, com base na demanda estimada e nos parâmetros definidos no Documento de Formalização da Demanda (DFD). O setor competente concluiu pela viabilidade técnica, operacional e financeira da contratação, reconhecendo sua conformidade legal e

alinhamento aos objetivos estratégicos da COMSERCAF, especialmente no que se refere ao bem-estar dos colaboradores e à manutenção das condições adequadas de trabalho.

13.4 FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 13.4.1** Em observância ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação enquadra-se como dispensa de licitação, tendo em vista que o valor estimado de R\$ 53.154,00 (cinquenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais) é inferior ao limite de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois e onze centavos), estabelecido para compras e outros serviços.
- 13.4.2** Em conformidade com o art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, combinado com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, as contratações diretas por dispensa de licitação devem ser realizadas, preferencialmente com microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), promovendo o incentivo ao desenvolvimento econômico local.
- 13.4.3** A pesquisa de preços foi realizada no portal Compras.gov.br, demonstrando a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, conforme o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A utilização dessa plataforma oficial garante transparência, economicidade e rastreabilidade dos dados, assegurando que o valor estimado de R\$ 53.154,00 está adequado às condições atuais de mercado e atende aos princípios da administração pública.
- 13.4.4** Dessa forma, o presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar a contratação direta por dispensa de licitação, assegurando o atendimento à necessidade operacional da COMSERCAF, a eficiência na gestão dos recursos públicos e a observância dos princípios da legalidade, economicidade e interesse público, em estrita consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1** Receber o fornecimento da água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normas complementares.
- 14.2** Exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada quanto à qualidade e regularidade do fornecimento.

- 14.3** Reservar-se o direito de recusar qualquer fornecimento que não atenda às especificações técnicas, normas de segurança, requisitos sanitários ou padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.
- 14.4** Analisar e responder às solicitações, reclamações ou exigências relacionadas à execução contratual, apresentadas por órgãos de controle ou pela sociedade, deliberando formalmente quanto às providências cabíveis e registrando as decisões adotadas.
- 14.5** Não assumir compromissos ou responsabilidades por atos da contratada perante terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, inclusive por danos, prejuízos ou acidentes decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, representantes ou prepostos.
- 14.6** Manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovadamente necessário, observando os limites e hipóteses previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.
- 14.7** Registrar e documentar todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, garantindo a transparência, rastreabilidade e publicidade dos atos administrativos, conforme previsto na legislação vigente.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1** Cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato, assumindo todos os riscos, custos e responsabilidades decorrentes da adequada execução do objeto contratado.
- 15.2** Fornecer a água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, dentro dos prazos, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade, potabilidade e segurança sanitária do produto, conforme as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO e demais legislações aplicáveis.
- 15.3** Entregar os produtos lacrados, higienizados e dentro do prazo de validade, com rótulo legível contendo todas as informações exigidas pela legislação (nome do fabricante, data de envase, validade, lote e registro no órgão competente).
- 15.4** Manter, durante toda a vigência contratual, licenças, alvarás, registros sanitários e autorizações exigidos pelos órgãos competentes para o envase, transporte e comercialização de água potável, sob pena de rescisão contratual.
- 15.5** Efetuar as entregas exclusivamente em veículos adequados, limpos, fechados e identificados, em conformidade com as normas de vigilância sanitária e transporte de alimentos, conduzidos por motoristas devidamente treinados e uniformizados.

- 15.6** Comunicar imediatamente ao fiscal ou gestor do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a segurança, qualidade ou continuidade do fornecimento, como atrasos, contaminações, vazamentos, irregularidades de lacre ou defeitos nas embalagens.
- 15.7** Substituir, às suas custas e em até 12 (doze) horas, quaisquer produtos entregues em desacordo com as especificações, danificados, contaminados ou com prazos de validade expirados, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.
- 15.8** Garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto, atendendo às demandas da Contratante conforme ordens de fornecimento, inclusive em caráter emergencial, quando solicitado pela fiscalização.
- 15.9** Responder integralmente por quaisquer danos pessoais, materiais, ambientais ou sanitários causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, representantes, transportadores ou prepostos.
- 15.10** Cumprir todas as normas de segurança, saúde ocupacional, meio ambiente e vigilância sanitária relativas ao manuseio, armazenamento, transporte e entrega da água potável, conforme legislação federal, estadual e municipal.
- 15.11** Adotar práticas sustentáveis, incluindo a logística reversa dos galões retornáveis, o uso de embalagens recicláveis, e a destinação ambientalmente correta dos resíduos e materiais utilizados nas entregas.
- 15.12** Manter comunicação constante e transparente com o fiscal ou gestor do contrato, informando o início, andamento e conclusão de cada entrega, bem como eventuais intercorrências.
- 15.13** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista exigidas pela Lei nº 14.133/2021, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.
- 15.14** Apresentar, sempre que solicitado, laudos de potabilidade, certificados de qualidade, registros sanitários e demais documentos comprobatórios emitidos por laboratórios acreditados ou órgãos competentes.
- 15.15** Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas a seus empregados, prepostos e prestadores de serviço, não gerando qualquer vínculo com a Contratante.
- 15.16** Assumir responsabilidade integral por multas, prejuízos, sanções ou danos decorrentes de fornecimento irregular, não conforme ou em desacordo com as normas técnicas, legais ou contratuais.
- 15.17** Manter controle rigoroso de estoque e validade dos produtos, de modo a garantir que a água fornecida esteja sempre dentro do prazo e em condições próprias para consumo.

- 15.18** Adotar todas as providências necessárias para assegurar o pleno, seguro e eficiente fornecimento, sem gerar ônus adicional à Contratante.
- 15.19** Treinar e orientar sua equipe de entrega quanto aos procedimentos de higiene, manuseio e segurança, garantindo atendimento cordial e adequado nas unidades da COMSERCAF.
- 15.20** Disponibilizar canal de atendimento (telefone ou e-mail) para comunicação direta com o fiscal do contrato, visando solucionar rapidamente eventuais ocorrências relacionadas às entregas.

16. GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1** A gestão e a fiscalização da execução contratual constituem atividades essenciais da Administração Pública, com o objetivo de assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, seus regulamentos e demais normas aplicáveis.
- 16.2** A fiscalização será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, mediante acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução, cabendo à Contratante designar formalmente os fiscais e o gestor do contrato por meio de Portaria ou Ordem de Serviço específica.
- 16.3** A equipe de fiscalização será composta por servidores com atribuições definidas, podendo incluir fiscal técnico responsável por verificar a qualidade, condições sanitárias, validade e conformidade da água fornecida; fiscal administrativo responsável pelo controle documental, registros de entrega e conferência de notas fiscais; e gestor do contrato, responsável pela coordenação geral da execução, interlocução com a contratada e elaboração dos relatórios de acompanhamento.
- 16.4** O recebimento provisório dos produtos será realizado pelos fiscais setorial e administrativo ou pelo gestor do contrato, mediante conferência da quantidade, qualidade e conformidade do produto com as especificações contratuais. O recebimento definitivo será formalizado pelo gestor do contrato, após a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas e emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme o artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.5** Compete à unidade administrativa gestora do contrato coordenar todas as atividades relacionadas à execução, controle e acompanhamento do fornecimento, incluindo a análise e validação de documentos fiscais, a elaboração de relatórios mensais de fiscalização, a instrução de processos relativos a aditivos, repactuações ou reequilíbrios, bem como a comunicação de irregularidades e proposição de sanções, quando cabível.
- 16.6** Os procedimentos relativos à alteração contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de vigência, pagamentos, rescisões ou aplicação de sanções administrativas serão formalizados pela unidade administrativa responsável, com base em justificativa técnica e parecer jurídico, conforme determina a legislação vigente.

- 16.7** Em caso de descumprimento contratual, irregularidades na execução, atraso nas entregas ou fornecimento de produto fora das especificações, a Contratante aplicará as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 16.8** O prazo de vigência contratual será definido de acordo com o interesse público e as necessidades operacionais da Administração, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e acordo formal entre as partes, observado o disposto no artigo 105, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.9** O gestor e os fiscais do contrato deverão manter registros formais de todas as ocorrências, relatórios, comunicações e inspeções realizadas, compondo o dossiê de execução contratual, que servirá de base para análises, auditorias e prestações de contas.
- 16.10** A contratada deverá disponibilizar informações e documentos sempre que solicitados pelos fiscais, gestores, controle interno ou órgãos de controle externo, colaborando integralmente com o processo de fiscalização.

17.SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO

- 17.1** A fiscalização da execução do contrato será realizada pela COMSERCAF, por meio do Fiscal de Contrato designado pelo dirigente máximo da unidade administrativa responsável pela contratação, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.
- 17.2** O Fiscal de Contrato será responsável por acompanhar e verificar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, com especial atenção à qualidade da água fornecida, à integridade e higienização das embalagens, à regularidade das entregas, e à observância das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, tanto para galões de 20 litros quanto para garrafas de 500 ml.
- 17.3** Caberá ao Fiscal adotar as medidas necessárias para assegurar a regularidade, segurança e eficiência do fornecimento, zelando pela potabilidade da água, conformidade com as normas da ANVISA e Portaria GM/MS nº 888/2021 (ou norma que vier a substituí-la), bem como pelo atendimento aos prazos e locais de entrega definidos pela Administração.
- 17.4** Ocorrências que ultrapassem a competência do Fiscal deverão ser comunicadas de imediato ao Gestor do Contrato, para análise e adoção das providências cabíveis, inclusive notificações, substituição de produtos, aplicação de sanções ou suspensão do fornecimento, conforme o caso.
- 17.5** A atuação da fiscalização tem por objetivo garantir o fiel cumprimento do contrato, a qualidade e a segurança da água potável distribuída, o atendimento às normas sanitárias e a proteção do interesse público.

- 17.6** O Fiscal de Contrato deverá elaborar relatórios técnicos de acompanhamento e fiscalização, registrando de forma clara e objetiva todas as ocorrências, tais como atrasos nas entregas, não conformidades de qualidade, embalagens danificadas, falta de lacres, problemas de armazenamento, ou qualquer irregularidade constatada.
- 17.7** Os relatórios deverão ser encaminhados ao Gestor do Contrato para análise e adoção das medidas corretivas necessárias.
- 17.8** A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização, permitindo acesso aos locais de armazenamento, transporte e entrega, bem como apresentando documentos de controle de qualidade, atestados de potabilidade e licenças sanitárias vigentes sempre que solicitada.
- 17.9** O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual não eximem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, potabilidade e regularidade do fornecimento de água, nem implicam em aprovação tácita das entregas realizadas.
- 17.10** Em caso de identificação de não conformidade na qualidade da água, lacres rompidos, embalagens violadas ou desvios das especificações contratuais, a contratada deverá, imediatamente, providenciar a substituição integral dos produtos, sem ônus para a Administração, e adotar todas as medidas necessárias para correção da irregularidade.

18. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DE FORNECEDORES

- 18.1** A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 18.2** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na forma de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE
- 18.3** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

- 18.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 18.5** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 18.6** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 18.7** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação
- 18.8** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 18.9** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 18.10** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 18.11** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 18.12** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 18.13 Da Habilitação Jurídica:**
- 18.13.1** Cédula de Identidade do responsável Legal
- 18.13.2** Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:
- 18.13.2.1** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- 18.13.2.2** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor); ou

- 18.13.2.3** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou
- 18.13.2.4** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 18.13.2.5** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 18.13.3** Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.
- 18.13.4** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.14 Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- 18.14.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 18.14.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 18.14.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 18.14.4** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.14.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.14.5.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

18.14.6 Certidão de Regularidade da Fazenda Municipal, da sede do proponente;

18.14.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.14.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

18.15 Da Qualificação Econômico-Financeira:

18.15.1 Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

18.16 Das Declarações:

18.16.1 Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.16.2 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

18.17 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

18.18 Sem prejuízo dos requisitos minuciosamente especificados nos itens anteriores, o fornecedor deverá atentar para as disposições contidas nos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo vedado alegar desconhecimento dos critérios estabelecidos para o fiel cumprimento das obrigações previstas.

18.19 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 18.19.1** Apresentar atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devendo comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado, ou com o item pertinente, onde se atesta que a empresa executou, de forma satisfatória, fornecimento de natureza semelhante, com complexidade operacional ao objeto desta licitação, bem como condizente;
- 18.19.2** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 18.19.3** Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, **06 (seis) meses do início de sua execução.**
- 18.19.4** licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se a SECID de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.
- 18.19.5** O(s) atestado(s) apresentado pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem o CONTRATANTE, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

19. PAGAMENTOS

- 19.1** O pagamento será efetuado pela Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF, observando o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da liquidação da despesa, conforme as quantidades efetivamente fornecidas e atestadas, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de contratação pública.
- 19.2** Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e por servidor designado pela Administração. As notas fiscais deverão ser apresentadas até o dia 05 (cinco) do mês subsequente às entregas realizadas. Os valores pagos corresponderão exclusivamente às quantidades e condições especificadas nos Pedidos de Fornecimento e às entregas devidamente conferidas e aceitas pela fiscalização.

- 19.3** Caso as notas fiscais apresentem incorreções, divergências de valores ou falhas na documentação, a contratada será formalmente notificada e deverá realizar as devidas correções. O prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal corrigida e validada.
- 19.4** Eventuais atrasos de pagamento por parte da Contratante estarão sujeitos às compensações e acréscimos legais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- 19.5** Na hipótese de atraso de pagamento superior a 180 (cento e oitenta) dias, por culpa exclusiva da Contratante, o valor devido será atualizado monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme a legislação vigente.
- 19.6** A contratada é inteiramente responsável pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e comerciais, bem como por quaisquer outros encargos necessários à execução do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133/2021, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 19.7** Caso a contratada esteja enquadrada no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, deverá informar formalmente essa condição no momento da emissão da nota fiscal, para fins de retenção diferenciada dos tributos devidos, conforme a legislação tributária aplicável.
- 19.8** Esta cláusula foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas disposições referentes a prazos de pagamento, compensações financeiras, atualização monetária e responsabilidades contratuais, assegurando a transparência e regularidade fiscal da execução contratual.

20 SANÇÕES CONTRATUAIS

- 20.1** A contratada que, sem justa causa, deixar de cumprir as exigências deste contrato ou os compromissos assumidos na proposta estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela Administração.
- 20.2** As penalidades serão aplicadas levando em conta a natureza e gravidade da infração, a reincidência e o interesse público envolvido.
- 20.3** Constituem motivos para aplicação de sanções: atraso nas entregas, fornecimento de água em quantidade inferior à contratada, fornecimento de água fora dos padrões de potabilidade, embalagens

violadas ou sem lacre, falta de higienização dos galões ou garrafas, descumprimento das normas de segurança sanitária, ou qualquer irregularidade que comprometa a execução contratual.

20.4 As penalidades aplicáveis à contratada, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, são as seguintes:

- **Advertência:** aplicada em caso de infrações de menor gravidade, visando alertar a contratada quanto à irregularidade cometida e prevenir reincidências;
- **Multa:** em caso de descumprimento parcial das obrigações contratuais, podendo ser fixada conforme a gravidade da infração, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração;
- **Suspensão temporária:** para infrações graves ou reincidentes, a contratada poderá ser suspensa de participar de licitações e contratações com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade:** nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, a contratada poderá ser declarada inidônea, ficando impedida de licitar e contratar com a Administração Pública por até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

20.5 A aplicação das sanções não exclui a possibilidade de ressarcimento integral dos prejuízos causados à Administração, nem impede a adoção de medidas adicionais previstas em legislação específica, especialmente aquelas relacionadas à segurança sanitária, transporte e armazenamento da água potável.

20.6 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21 DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio e formal da COMSERCAF, mediante termo aditivo devidamente justificado, aprovado e formalizado, em conformidade com o disposto nos arts. 124 a 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

21.2 O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela Contratante, pela Contratada e pelas testemunhas indicadas, e terá vigência pelo prazo definido neste instrumento, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente, conforme as hipóteses e limites previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

- 21.3** Os casos omissos ou dúvidas de interpretação deste contrato serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas demais normas correlatas de direito público e civil aplicáveis às contratações administrativas.
- 21.4** O presente contrato está vinculado ao edital, termo de referência e seus anexos, que servirão de referência para a solução de eventuais divergências ou interpretações sobre suas cláusulas.
- 21.5** Em caso de inconsistência ou contradição entre as disposições deste contrato e os documentos mencionados, prevalecerão as disposições contratuais, salvo se expressamente disposto em contrário e devidamente fundamentado pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.6** Toda e qualquer comunicação entre as partes relativa a este contrato deverá ser realizada por escrito e entregue pessoalmente, por via postal registrada, por meio eletrônico com protocolo de recebimento, ou por outro meio que assegure a comprovação da entrega, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- 21.7** A tolerância de qualquer das partes quanto ao descumprimento de obrigações contratuais não implicará renúncia a direito, nem alterará as demais condições deste contrato, que permanecerão plenamente válidas e exigíveis, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.8** Este contrato será regido pelas leis brasileiras, ficando eleito o Foro da Comarca de Cabo Frio/RJ para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou litígios decorrentes de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 21.9** Fica eleito o idioma português como o idioma oficial para a interpretação e execução deste contrato, prevalecendo este texto em caso de divergências com eventuais traduções, salvo disposição diversa pactuada entre as partes, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

22 ANEXOS

ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO II – MINUTA DE CONTATO;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 9º §1º DA LEI 14.133/21;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL;

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO E MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO VIII - ORDEM DE FORNECIMENTO

Cabo Frio, 26 de janeiro de 2026

Elaborador Termo de Referência

Ordenador de Despesas.

ANEXO I
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM 1					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UN. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
01	GALÃO DE ÁGUA DE 20L	Uni	3600	R\$ 11,60	R\$ 41.760,00
02	ÁGUA MINERAL DE 500ML- SEM GÁS – C/12 UNIDADES	Uni	900	R\$ 12,66	R\$ 11.394,00
				TOTAL	R\$ 53.154,00

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº: XX/XX

PROCESSO Nº: XX/XX

DISPENSA ELETRÔNICA Nº: XX/XX

Contrato Administrativo nº XXXX, celebrado entre a
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO
– **COMSERCAF** e a empresa
XXXXXXXXXXXXXX

A **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF**, autarquia municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 17.572.121/0001-00, com sede na Estrada Nelore, nº 200, Bairro Monte Alegre, Cabo Frio/RJ, CEP 28921-111, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Jehann Luis Castro da Costa, portador da carteira de identidade nº 215685702, expedido pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF nº 126.335.087-90, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, situada a **Rua XXXXXXXXX**, por intermédio de seu representante legal, Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº **XXXXXXX**, expedida pelo **XXXXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXX**, neste ato denominada **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato com fundamento no Processo Administrativo nº **XXXXXX**, que será regido pelas normas gerais do Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos das seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** da Companhia de Serviços de Cabo Frio – COMSERCAF, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01		UND		R\$	R\$
02		MÊS		R\$	R\$
TOTAL					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. As requisições feitas pela COMSERCAF deverão ser atendidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

2.2. O fornecimento dos itens adjudicados será realizado de acordo com a necessidade da autarquia, observando as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência. Em caso de divergência, prevalecerão as especificações e condições deste documento.

- 2.3. Em cada entrega, os produtos serão conferidos, verificando especialmente as garantias registradas pelo fabricante em cada item, bem como a sua inviolabilidade.
- 2.4. A critério da autarquia, os produtos recebidos poderão ser submetidos a análises de controle de qualidade, emitindo-se um laudo que atestará as condições do produto.
- 2.5. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência dos produtos.
- 2.6. Caso sejam constatadas irregularidades no objeto, a COMSERCAF poderá rejeitá-lo total ou parcialmente, sem prejuízo das penalidades cabíveis, exigindo a substituição ou complementação do mesmo, caso haja diferenças de quantidades ou partes.
- 2.7. As irregularidades deverão ser corrigidas no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação por escrito pela adjudicatária, mantendo-se o preço originalmente ofertado.
- 2.8. Os produtos que possuem garantia definida pelo fabricante devem ser entregues com um período mínimo de garantia de 12 (doze) meses, conforme indicado pelo fabricante.
- 2.9. Será emitido um Atestado de Recebimento ou será realizado o ateste na própria Nota Fiscal ou documento correspondente, somente se todas as determinações deste Termo de Referência forem atendidas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **XXXX (XXXXXXXX)**, conforme custos resultantes da Pesquisa de Preços acostadas ao referido processo.

3.2. Forma de Pagamento:

3.2.1. O pagamento será realizado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

3.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.3. Prazo de Pagamento:

3.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou documento correspondente.

3.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou documento correspondente quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

3.3.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

3.4. Condições de Pagamento:

3.4.1. O pagamento será efetuado conforme os serviços efetivamente prestados, em conformidade com o estabelecido no Termo de Referência e mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento correspondente emitidas.

3.4.2. A emissão da Nota Fiscal ou documento correspondente será mensal e estará condicionada à apresentação do relatório de atividades e aceite formal da fiscalização, conforme cronograma de execução ou fornecimento estabelecido no Termo de Referência.

3.4.3. As Nota Fiscal ou documento correspondente devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome da **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF inscrita no CNPJ nº 17.572.121/0001-00.**

3.4.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou documento correspondente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documento correspondente, que em circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a contratante.

3.4.6. A Nota Fiscal ou documento correspondente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a COMSERCAF deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital/Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

3.4.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.4.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.4.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

3.4.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

3.5. Critérios de Reajuste:

3.5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses.

3.5.2. Após o decurso desse prazo, admite-se o reajuste, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme o disposto no art. 92, §3º, da Lei 14.133/21.

3.5.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E, ou outro que venha a substituí-lo nos termos no art. 174 da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, consignadas no orçamento vigente da CONTRATANTE para o exercício financeiro correspondente.

4.2. Para o exercício de 2025, as despesas estão previstas na seguinte classificação:

NATUREZA	XXXXXX
CODIGO	XXXXXXXXXX
FONTE	XXXX
FICHA	XXXXX

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é **de 12 (doze) meses** contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, prorrogável na forma dos artigos 105 ao 114 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.
- 5.2. O prazo de início da prestação do referido serviço inicia-se a partir da comunicação, através da Ordem de fornecimento, após a assinatura do Contrato.
- 5.3. A resolução antecipada de que trata esta cláusula não ensejará direito a qualquer indenização.
- 5.4. A condição resolutiva acima se opera de pleno direito, independente de novas notificações.
- 5.5. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, aplicados no que couber à presente contratação.
- 5.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Cumprir integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes da adequada execução do objeto contratado.
- 6.2. Fornecer a água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, dentro dos prazos, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade, potabilidade e segurança sanitária do produto, conforme as normas da ANVISA, ABNT, INMETRO e demais legislações aplicáveis.
- 6.3. Entregar os produtos lacrados, higienizados e dentro do prazo de validade, com rótulo legível contendo todas as informações exigidas pela legislação (nome do fabricante, data de envase, validade, lote e registro no órgão competente).
- 6.4. Manter, durante toda a vigência contratual, licenças, alvarás, registros sanitários e autorizações exigidos pelos órgãos competentes para o envase, transporte e comercialização de água potável, sob pena de rescisão contratual.
- 6.5. Efetuar as entregas exclusivamente em veículos adequados, limpos, fechados e identificados, em conformidade com as normas de vigilância sanitária e transporte de alimentos, conduzidos por motoristas devidamente treinados e uniformizados.
- 6.6. Comunicar imediatamente ao fiscal ou gestor do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a segurança, qualidade ou continuidade do fornecimento, como atrasos, contaminações, vazamentos, irregularidades de lacre ou defeitos nas embalagens.
- 6.7. Substituir, às suas custas e em até 12 (doze) horas, quaisquer produtos entregues em desacordo com as especificações, danificados, contaminados ou com prazos de validade expirados, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

- 6.8. Garantir o fornecimento contínuo e ininterrupto, atendendo às demandas da Contratante conforme ordens de fornecimento, inclusive em caráter emergencial, quando solicitado pela fiscalização.
- 6.9. Responder integralmente por quaisquer danos pessoais, materiais, ambientais ou sanitários causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, representantes, transportadores ou prepostos.
- 6.10. Cumprir todas as normas de segurança, saúde ocupacional, meio ambiente e vigilância sanitária relativas ao manuseio, armazenamento, transporte e entrega da água potável, conforme legislação federal, estadual e municipal.
- 6.11. Adotar práticas sustentáveis, incluindo a logística reversa dos galões retornáveis, o uso de embalagens recicláveis, e a destinação ambientalmente correta dos resíduos e materiais utilizados nas entregas.
- 6.12. Manter comunicação constante e transparente com o fiscal ou gestor do contrato, informando o início, andamento e conclusão de cada entrega, bem como eventuais intercorrências.
- 6.13. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, técnica e trabalhista exigidas pela Lei nº 14.133/2021, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.
- 6.14. Apresentar, sempre que solicitado, laudos de potabilidade, certificados de qualidade, registros sanitários e demais documentos comprobatórios emitidos por laboratórios acreditados ou órgãos competentes.
- 6.15. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas a seus empregados, prepostos e prestadores de serviço, não gerando qualquer vínculo com a Contratante.
- 6.16. Assumir responsabilidade integral por multas, prejuízos, sanções ou danos decorrentes de fornecimento irregular, não conforme ou em desacordo com as normas técnicas, legais ou contratuais.
- 6.17. Manter controle rigoroso de estoque e validade dos produtos, de modo a garantir que a água fornecida esteja sempre dentro do prazo e em condições próprias para consumo.
- 6.18. Adotar todas as providências necessárias para o pleno e seguro fornecimento, sem gerar ônus adicional à Contratante.
- 6.19. Treinar e orientar sua equipe de entrega quanto aos procedimentos de higiene, manuseio e segurança, garantindo atendimento cordial e adequado nas unidades da COMSERCAF.
- 6.20. Disponibilizar canal de atendimento (telefone ou e-mail) para comunicação direta com o fiscal do contrato, visando solucionar rapidamente eventuais ocorrências relacionadas às entregas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o fornecimento da água potável acondicionada em galões de 20 litros e garrafas de 500 ml, dentro dos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normas complementares.
- 7.2. Exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada quanto à qualidade e regularidade do fornecimento.
- 7.3. Reservar-se o direito de recusar qualquer fornecimento que não atenda às especificações técnicas, normas de segurança, requisitos sanitários ou padrões de qualidade exigidos neste Termo de Referência.
- 7.4. Analisar e responder às solicitações, reclamações ou exigências relacionadas à execução contratual, apresentadas por órgãos de controle ou pela sociedade, deliberando formalmente quanto às providências cabíveis e registrando as decisões adotadas.
- 7.5. Não assumir compromissos ou responsabilidades por atos da contratada perante terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, inclusive por danos, prejuízos ou acidentes decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, representantes ou prepostos.
- 7.6. Manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovadamente necessário, observando os limites e hipóteses previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.
- 7.7. Registrar e documentar todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual, garantindo a transparência, rastreabilidade e publicidade dos atos administrativos, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução contratual, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no prazo de até 48 horas antes da assinatura do contrato, a contar da convocação para assinatura do Termo de Contrato.
- 8.2. A garantia de execução poderá ser apresentada nas seguintes formas:
 - a) Caução em dinheiro ou depósito em conta vinculada;
 - b) Seguro-garantia;
 - c) Fiança bancária emitida por instituição financeira idônea.
- 8.3. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:
 - a) Prejuízo advindos do não cumprimento do contrato;
 - b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
 - c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
- 8.4. Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, I, da

Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

Banco do Brasil

Agencia: 0150-3

Conta Corrente: 0061543-9

CNPJ: 17.572.121/0001-00

Titularidade: Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1.** Serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas todas as sanções cabíveis, conforme previsto a partir do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como as demais penalidades estabelecidas na legislação vigente. A contratada que, sem justa causa, deixar de cumprir as exigências deste contrato ou os compromissos assumidos em sua proposta estará sujeita às penalidades previstas na referida Lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a critério da Administração. As sanções serão aplicadas considerando a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias do caso e o interesse da Administração.
- 9.2.** Em caso de descumprimento total ou parcial do contrato, atraso na entrega do gás, fornecimento em quantidade ou qualidade inferior à contratada ou descumprimento de condições de segurança e especificações técnicas, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:
- 9.2.1.** Advertência, para a inexecução parcial, sem gravidade, do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, I e §2º, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.2.2.** Multa: em caso de descumprimento parcial do contrato, podendo ser aplicada de acordo com a gravidade da infração, observando-se os limites do contrato, não podendo ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total do contrato; (art. 156, III e §4º da Lei nº 14.133/2021).
- 9.2.3.** Suspensão temporária: para infrações graves, a contratada poderá ser suspensa temporariamente de participar de licitações e contratações promovidas pela Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 9.2.4.** Impedimento de participação de licitações no âmbito da COMSERCAF por até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas deste Contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, III e §4º, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar com todos os entes federativos por 3 a 6 anos, quando praticadas as condutas deste Contrato ou instrumento de igual teor, (art. 156, IV e §5º, da Lei nº 14.133/2021).

- 9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);
- 9.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 158, lei nº 14133/21).
- 9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 119 e art. 156, §8º da Lei nº 14.133/2021).
- 9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 9.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, lei nº 14.133/21).
- 9.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, lei nº 14133/21).

- 9.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, lei nº 14133/21).
- 9.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.11.** A inexecução do objeto do TR, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei 14.133/21, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.
- 9.12.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.13.** A rescisão administrativa ou amigável será procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1.** Em caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, o presente termo será rescindido, sem prejuízo às penalidades constantes na CLÁUSULA NOVA, conforme leciona o artigo 137 da Lei 14.133/21.
- 10.2.** A rescisão do contrato poderá ser:
- a) determinada por ato unilateral e escrito da COMSERCAF, nos casos enumerados nos incisos I do artigo 138 da Lei 14.133/21;
 - b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da COMSERCAF;
 - c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

- 11.1.** O CONTRATADO assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao CONTRATANTE ou a terceiros na execução deste contrato, não havendo qualquer hipótese de atenuação de suas responsabilidades, mesmo face a fiscalização da CONTRATANTE.
- 11.2.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas;
- 12.2.** Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal 14.133/21 e demais leis complementares que versem sobre o assunto;
- 12.3.** O presente Contrato se fundamenta na Lei 14.133/21, integrando o Processo Administrativo referido, e tem como seus anexos documentos daquele processo, que as partes declaram ter pleno conhecimento a aceitam como suficiente para, em conjunto com este contrato, definir o objeto contratual e permitir o seu integral cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1.** A fiscalização da contratação decorrente do termo de referência caberá a servidor indicado em tempo hábil pela COMSERCAF, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, e do Decreto Municipal nº 6.941/2022.
- 13.2.** A indicação do(s) membro(s) responsável(eis) pela fiscalização, será realizada pelo Ordenador de Despesas, em instrumento próprio de designação, no momento oportuno.
- 13.3.** São atividades inerentes à fiscalização do contrato:
- 13.3.1.** Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes.
- 13.3.2.** Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes.
- 13.3.3.** Manter livro ou registro onde anotar todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades.
- 13.3.4.** Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual.
- 13.3.5.** Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA).
- 13.3.6.** Atestar as Notas Fiscais ou documento correspondente emitidas pela CONTRATADA (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência.
- 13.3.7.** Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação da contratação.
- 13.3.8.** As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

13.3.9. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Companhia de Serviços de Cabo Frio - COMSERCAF dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

14.1. O CONTRATANTE providenciará sua publicação resumida no Diário Oficial do Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato.

CLASULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cabo Frio-RJ para resolver quaisquer pendências que se façam necessárias solucionar por meio de processo judicial. E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Cabo Frio/RJ, XXXXXXXX de 2026.

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF
Contratante

XXXXXXXXXX
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 9º §1º DA LEI 14.133/21

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante,

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

DECLARA, também, que não participam dos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses; DECLARA, de igual turno, que não dispõe em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada.

DECLARA, ainda, que não participam dos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxxx de 2026.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO
FUNCIONAL

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no seu quadro de funcionários, trabalhador menor de 18 (dezoito) anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme determina o artigo 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxxxx de 2026.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO – COMSERCAF.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxx de 2026.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 63 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO -COMSERCAF

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, considerando o art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob pena de desclassificação, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cabo Frio, xx de xxxxxxxx de 2026.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO E MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Modelo)

(Papel Timbrado da empresa)

À COMPANHIA DE SERVIÇOS DE CABO FRIO -.

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada no endereço xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por meio de seu representante legal, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cabo Frio, xx de xxxxx de 2026.

EMPRESA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII

ORDEN DE FORNECIMENTO			
NÚMERO	PROCESSO N.º	XXXXX ELETRÔNICO	Nº EMPENHO
<p>CONTRATADO, ENDEREÇO. XXXXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ: XXXXXXXX END: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</p>			
<p>OBJETO Aquisição de materiais de XXXXXXXX</p>			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	XXXX	X	XXXX	XXXXX	XXXXX
Total					R\$ XXXXX
VALOR TOTAL R\$ XXXXXXXX					
REGIME DE EXECUÇÃO Licitação com critério de julgamento baseando-se no menor preço.					
PRAZO DE CONTRATAÇÃO A partir da emissão da Ordem de Fornecimento.					
FORMA DE PAGAMENTO Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança junto à CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.					
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Elemento de Despesa nº. XXXX – Projeto/ Atividade – XXXX –					
LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Aplica-se a esta Ordem de Fornecimento, como também aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei 14.133/21, bem como as demais legislações pertinentes.					
MULTAS Conforme Arts. 155 e 156 da Lei 14.133/21 e estabelecido no Instrumento Convocatório.					
OBRIGAÇÕES É de inteira obrigação da Contratada, manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas. Arcar com todos os ônus ou obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com os serviços ora contratados, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e prepostos; Responder por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou serviços; Responder exclusiva e integralmente, perante a CONTRATANTE, pelo fornecimento dos objetos contratados;					

Acatar as determinações da CONTRATANTE no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, o fornecimento dos objetos com vícios, defeitos ou incorreções;

DA INEXECUÇÃO

Conforme a Lei 14.133/21

ALTERAÇÕES E RESCISÃO

Conforme a Lei 14.133/21.

Fica eleito o foro da cidade de cabo frio para dúvidas que não puderem ser solucionadas através de mútuo entendimento.

Cabo Frio, XXXXXXXX de 2026.

ACEITAÇÃO DA EMPRESA

JEHANN LUIS CASTRO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMSERCAF CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO